



# Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 05



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Seguridade Social e Família

16 DE ABRIL DE 2019

## ANVISA BUSCA AMPLIAR DIÁLOGO COM LEGISLATIVO



A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu na quarta-feira (9) o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), **William Dib**. “Tratamos a questão do agrotóxico, a entrada de produtos do exterior e a certificação de medicamentos, entre outros assuntos. Agradecemos demais o empenho e a presença da Anvisa nessa comissão”, disse **Antonio Brito (PSD-BA)**, presidente da comissão.

Dib falou sobre desafios do órgão que já foram resolvidos, como o caso da certificação de boas práticas. “Fizemos uma mudança na gestão e autorizamos países parceiros a certificarem as próprias fábricas. Assim, reduzimos a fila de 48 meses para 3 meses”, contou. Mas, outros desafios ainda precisam ser enfrentados, como a liberação de autorização de funcionamento especial, que demorava 20 dias para ser expedido e agora, por problemas de gestão, leva cerca de 100 dias. “Estamos implementando um novo modelo de governança e nossa meta é até o final de maio zerar essa fila”.

Sobre a liberação de agrotóxicos. Dib informou que o órgão demora hoje cerca de 8 anos para liberar um produto. “Fizemos um trabalho junto ao Ministério da Agricultura e ao Ibama e pretendemos zerar a fila até dezembro. Precisamos aplicar tecnologia nos processos”, justificou Dib.

O presidente da Anvisa lembrou

ainda que a agência é muito criticada pela demora na prestação de serviços e que muitos gostam de comparar o órgão a agências reguladoras internacionais. “A americana cuida de dois segmentos apenas (medicamentos e alimentos) e possui 14 mil servidores. Nós no Brasil cuidamos de sete segmentos e temos 1.400 servidores. Podemos até demorar na liberação de produtos, mas precisamos de tempo para analisar e segurança para liberar”, afirmou. Ele indicou que os desafios da agência para o futuro são readequar os quadros de servidores e ajustar a agência ao sistema de tecnologia da informação.

Sobre a certificação de medicamentos, Dib explicou que o Brasil é refém das grandes indústrias internacionais que produzem remédios cada vez mais caros. Isso leva a uma enxurrada de medidas judiciais, o que ele chamou de judicialização da saúde. “Ficamos reféns do alto custo da tecnologia, sem grandes planejamentos e sem condições econômicas”, frisou.

Dez parlamentares usaram a palavra. Agradeceram a presença de William Dib e fizeram questionamentos sobre o ambiente ideal para certificar produtos com mais agilidade, sobre morosidade na licença de funcionamento de espaços para tratamento de saúde, sobre a necessidade de um canal de interlocução com a sociedade, entre outros temas.



Estamos abertos ao diálogo para que juntos possamos elevar o nível da qualidade da assistência médica no País. Já estamos conversando com o Governo Federal para rever a política de precificação de novos medicamentos.



**William Dib**  
Presidente da Anvisa



Foto: Cláudio Araújo

### AGENDA



**16/04/2019**

- **Audiência Pública**  
Debater a importância do Consea



**14h**



**Plenário 7**

**17/04/2019**

- **Reunião**  
Subcomissão Especial da Seguridade da Mulher



**9h30**



**Sala da Comissão**

## AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL



Uma audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família, solicitada pela deputada **Jandira Feghali (PCdoB)** e presidida pela deputada **Soraya Manato (PSL-ES)**, reuniu especialistas para discutir alienação parental. Essa expressão é usada para designar interferência psicológica negativa provocada em crianças ou adolescentes e geralmente exercida pelo pai ou pela mãe quando há separação do casal. No Brasil, a alienação parental é considerada crime previsto na Lei nº 12.318/10.

A presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família do Distrito Federal, Renata Nepomuceno e Cysne, falou sobre a importância da lei para regular os conflitos conjugais. “No caso da alienação parental, o inte-

resse em foco é o da criança. E por isso, no meu ponto de vista, a lei veio para proteger essa criança. O direito à ampla convivência com a família é um preceito constitucional”. Renata abordou a questão das falsas denúncias e da criação de falsas memórias nas crianças.

Juliana Ahn, representante da Organização Não Governamental Vozes de Anjo veio representar famílias que sofrem em consequência da aplicação da lei e defendeu a revogação da legislação. Ela trouxe dados sobre estupro no Brasil em 2018: mais de 49 mil registros policiais em 2018 (Atlas da Violência, Ipea), 50,9% das vítimas eram crianças de até 13 anos, os agressores em 30% dos casos eram pais, irmãos ou padrastos. Juliana

mostrou um vídeo sobre o americano idealizador da teoria de alienação parental, onde ficou evidenciado que a lei é baseada no conceito de que crianças mentem.

Tanise de Siqueira, que também representou a ONG Vozes de Anjo, falou rapidamente sobre o desenvolvimento cognitivo de crianças e disse que estudos mostram que quando a criança é pequena, o pensamento é concreto, baseado em ação. “Em determinada idade a criança só fala do que vivencia, fala daquilo que é real para ela. Não podemos subestimar o relato de uma criança”.

Iolete Ribeiro da Silva, do Conselho Federal de Psicologia, disse que há preocupação com relação a lei de alienação parental. Ela defendeu que não é possível discutir situação de crianças fora do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. “Na época da tramitação do projeto que deu origem a lei erramos ao não promover um amplo debate”, disse Iolete. “Será que antes do conceito de alienação parental a psicologia não tinha elementos teóricos e técnicos para atuar? A nossa compreensão é que tinha”.

### COMISSÕES SE REÚNEM PARA OUVIR A MINISTRA TEREZA CRISTINA



Atendendo a um requerimento do deputado **Alexandre Padilha (PT-SP)**, a Comissão de Seguridade Social e Família se uniu às comissões do Direito do Consumidor (CDC) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) para receber a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), **Tereza Cris-**

**tina**, na terça-feira (9). Na pauta de discussões a liberação de registros de agrotóxicos no Brasil.

A ministra trouxe um panorama geral do MAPA e apresentou dados que mostram que em 2019 foram liberados 93 pesticidas protocolados ainda em 2015, ou seja, há quatro anos. Segundo a ministra, deste total, 44 são produtos genéricos com moléculas já utilizadas no mercado. “É importante combater a entrada de produtos ilegais no Brasil. Cada vez que demoramos de oito a dez anos para liberar um novo produto, eles entram ilegalmente no país. Isso significa 20% dos produtos consumidos em nosso mercado e é um dado muito preocupante”, disse Tereza Cristina.

ACONTECE  
NA WEB



Veja as notícias da semana nas redes da comissão.



#### EXPEDIENTE

**Presidente**  
Dep. Antônio Brito

**2º Vice-Presidente**  
Dep. Marx Beltrão

**Secretário:**  
Rubens Carneiro Filho

**Edição:**  
Maria Carolina

**1º Vice-Presidente**  
Dep. Alexandre Serfiotis

**3º Vice-Presidente**  
Dep. Misael Varela

**Redação:**  
Manu Nunes

**Diagramação:**  
Jorge Ribeiro

@seguridade.CD

@Cssf\_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br